



Câmara dos Deputados

**Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6787, de 2016, do Poder Executivo, que "altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências" - PL678716**

**Requerimento Nº \_\_\_\_\_/2017**  
(Do Sr. WADIH DAMOUS)

Requer a realização de audiência pública para debater o PL nº 6.787/16, de autoria do Poder Executivo, que altera a Consolidação Trabalhista - CLT e a Lei nº 6.019/74 – Trabalho Temporário.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para oitiva dos seguintes professores, especialistas, advogados trabalhistas, membros de tribunal, do ministério públicos, representantes de entidades e outros órgãos:

**Cristiano Paixão Araújo Pinto**, professor da Universidade de Brasília e Procurador do Trabalho.

**César Britto**, advogado trabalhista e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil

**Antonio Baylos Grau**, doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid, professor catedrático de Direito do Trabalho e Seguridad Social da Universidad de Castilla La Mancha, diretor do departamento de Ciência Jurídica da Facultad de Derecho y Ciencias Sociales



**Câmara dos Deputados**

de Ciudad Real e diretor do Centro Europeu e Latino-americano para o Diálogo Social (CELDS).

**Ricardo Gebrim**, advogado trabalhista, ex-presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo.

**Hugo Cavalcanti Melo Filho**, Juiz do Trabalho, Titular da 12.<sup>a</sup> Vara do Trabalho do Recife (TRT da 6.<sup>a</sup> Região) é Professor Adjunto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito do Recife (UFPE) e Professor de Direito do Trabalho da Pós-graduação em Direito da UFPE e da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6.<sup>a</sup> Região.

**Germano Silveira de Siqueira**, presidente da Associação Nacional dos magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA. Telefone 61 3322-0720/3322-0266

**Roberto Parahyba Arruda Pinto**, presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT. Telefone 61 21930702

**Delaíde Alves Miranda Arantes**, ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

**Luiz Philippe Vieira de Mello Filho**, ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

**Marcos Vinicius Cordeiro**, secretário geral e presidente da Comissão de Justiça do Trabalho da OAB/RJ.

**Gustavo Tadeu Alckmin**, Desembargador Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 1<sup>a</sup> Região – RJ

**Vagner Freitas**, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

**Adilson Araújo**, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).



**Câmara dos Deputados**

## **JUSTIFICAÇÃO**

Diante da relevância da matéria objeto desta Comissão, que propõe significativas alterações na legislação trabalhista, o presente Requerimento visa contribuir para qualificar o debate e fornecer dados e elementos para o seu bom andamento.

A oitiva dos representantes dos vários órgãos, entidades e especialistas têm por objetivo o aprofundamento quanto aos impactos que as alterações pretendidas terão na vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras e dará aos parlamentares melhores condições para a formação do convencimento sobre a matéria. Por essas razões apresentamos o presente Requerimento, confiantes no apoio dos demais integrantes desta Comissão.

Brasília, 13 de fevereiro de 2017.

Dep. WADIH DAMOUS

PT/ RJ



**Câmara dos Deputados**



**Câmara dos Deputados**